

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A

Missão

Tornar saúde de qualidade
acessível a gerações de
Brasileiros

Visão

Ser protagonista da inovação em
gestão de saúde, garantindo
qualidade e sustentabilidade
assistencial aos nossos Clientes

Valores



Sumário

Relatório de Administração	03
<ul style="list-style-type: none">• Cenário Macroeconômico e Setorial• A Companhia• Gestão da Área Comercial• Gestão de TI, Qualidade e Projetos• Gestão Administrativa e Financeira• Gestão de Pessoas e Responsabilidade Sócio Corporativa• Gestão Digital e de Mídia• Destinação de Lucros• Perspectivas Futuras e Informações Sobre o Andamento e Desempenho do Negócio• Metas e Ações Projetadas para as Garantias Financeiras• Relacionamento com Auditor Independente	
Quadros das Demonstrações	08
Notas Explicativas	14
Parecer da Auditoria	62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da **NOTRE DAME INTERMEDICA MINAS GERAIS SAUDE S/A**, nome fantasia **GNDI MINAS**, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findado em 31 de dezembro de 2021, acompanhado do relatório de opinião dos Auditores Independentes.

Cenário macroeconômico e setorial

Apesar da consequência da Pandemia COVID-19 declarada em 2020 pela OMS, Brasil projeta um resultado de PIB positivo em 2021, ao redor de 4,65%. Com a intensificação do programa de vacinação em massa, vivenciamos dia a dia uma queda progressiva e consistente no volume de atendimento a pacientes acometidos com COVID-19, o que proporcionou a flexibilização dos lockdown declarados em vários estados, e conseqüentemente a reabertura do comércio e abertura de novas vagas de emprego, mas ainda com a incerteza sobre o cenário econômico mundial.

A inflação ao consumidor medida pelo IPCA fechou em 2021 em 10,06% a.a., maior que a taxa alcançada em 2020, 4,51% a.a., o aumento de preço nos commodities internacionais impactou o preço dos alimentos e combustível, sendo estes os de maior variação (21,03%), na sequência, vieram habitação com alta de 13,05% e artigos de residência com 12,07%. Por outro lado, a inflação de planos de saúde ficou no patamar de 3,7%.

Dentro das medidas adotadas pelo Governo, se destaca o aumento da taxa SELIC, que em 2021 fechou em 9,25% comparado com 2% de 2020, por outro lado o Real finalizou o ano com um valor médio de R\$ 5,57/US\$, com projeção de manter-se neste nível.

Para 2022 existe um ambiente favorável para os países emergentes, com crescimentos positivos, uma recuperação acelerada acentuada já no primeiro semestre, produto da retomada econômica realizada em 2021 acompanhado do alto índice de imunizados no plano de imunização da população contra o COVID-19. Além disso se espera a aprovação da reforma tributária com o objetivo de mitigar o risco fiscal, e incentivos por parte do Banco central.

O setor de saúde suplementar teve um comportamento positivo, apresentou um aumento de usuários, fechando o ano com 48,6 milhões, 2,77% acima do ano anterior. Por parte das Operadoras e a Agência Nacional foram tomadas diversas medidas para garantir a sustentabilidade do setor, assim como a manutenção dos contratos.

Dentro dos desafios que o setor tem pela frente, estão o aprimoramento da qualidade dos serviços, acompanhado de uma transformação digital, principalmente nos canais de

atendimento, criando soluções efetivas nas demandas dos beneficiários. Outro grande desafio é dar continuidade à implementação e/ou aprimoramento dos programas de saúde e prevenção de risco de doenças, como estratégia principal para a mitigação dos riscos na saúde da população Brasileira.

A Companhia

A NOTRE DAME INTERMEDICA MINAS GERAIS SAUDE S/A, nome fantasia GNDI Minas, passou a fazer parte do Grupo NotreDame Intermédica (GNDI) em abril de 2021, a maior operadora de Saúde do Brasil. Nossos canais de atendimento, como site e aplicativos, sofreram mudanças de identidade visual e na maneira de se comunicar. Assim, seguimos com a missão de tornar saúde de qualidade acessível a gerações de brasileiros.

O nosso novo posicionamento em Minas Gerais como GNDI Minas está alinhado à continuidade da estratégia de expansão do Grupo. O trabalho é contínuo, focado na promoção de melhorias na qualidade da assistência à saúde, então, construir essa cultura de atender ao que o beneficiário necessita é o caminho adotado para cuidar bem dos nossos pacientes na prevenção de doenças e na promoção da saúde, por meio do atendimento realizado em nossos Centros Clínicos, Prontos-Socorros, Hospitais, Maternidades e Laboratórios, em todas as especialidades médicas.

Gestão da Área comercial

A companhia ao final do exercício fechou com 505 mil beneficiários, se comparado com o ano anterior registrando um aumento orgânico de vidas da ordem de 11%, dado principalmente em função de vendas brutas totais de 75 mil novas vidas e um cancelamento dentro do esperado no orçamento.

A estratégia adotada para crescimento e manutenção dos nossos produtos estratégicos, foi bem-sucedida, conseguimos crescer nas vendas corporativas e nas vendas de varejo.

Em novembro, lançamos nossa nova grade de produtos unificada para toda Minas Gerais. Esta grade possui produtos com preços escalonados e variações de abrangência de rede que permitem atender as diferentes demandas dos clientes em qualquer das regiões do Estado de Minas Gerais.

Comercialmente a GNDI Minas está preparada para uma retomada pós pandemia, ampliação de estados estratégicos, buscando levar o nosso modelo de saúde diferenciado a outros Estados do país.

Gestão de TI, Qualidade e projetos

O ano de 2021 foi bastante efetivo do ponto de vista da estruturação dos sistemas operacionais dentro da operadora e de seus hospitais.

Foi realizado a unificação das carteiras das antigas Climepe e Saúde Vida, com conseqüente mudança do sistema operacional destas operadoras para o Solus, que vem a ser o sistema operacional da GNDI Minas. Desta forma avançamos no processo de integração das empresas adquiridas faltando apenas a Serpram, que será integrada no segundo trimestre de 2022.

Novas tecnologias foram implantadas, permitindo resiliência e crescimento controlado, com redundância e alta disponibilidade. Foram disponibilizadas novas tecnologias para aprimoramento da experiência dos nossos serviços, em especial para área comercial com implantação do sistema Btix e a venda digital para corretores.

Além disto, avançamos no processo de implantação dos sistemas operacionais LG, de recursos humanos e no SAP para área financeira e administrativa. Com isto cumprimos etapa importante de integração de sistemas com a nossa Controladora em SP, o que possibilita maior controle e segurança.

Gestão Administrativa e financeira:

O principal evento em 2021, na gestão financeira, foi a implantação do sistema SAP, equalizando a operação da filial com a matriz em SP. Esta forma além de trazer mais segurança e controle para as operações administrativas e financeiras, possibilitando melhor acompanhamento consolidado das informações pela Grupo NotreDame Intermédica (GNDI).

Gestão de Pessoas e responsabilidade sócio corporativa:

Encerramos o ano com 573 colaboradores na operadora, mantendo 100 % dos salários e benefícios dos nossos colaboradores, mesmo em tempo de pandemia. Mantivemos também, os treinamentos de forma virtual, garantindo continuidade na formação e desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais.

Em 2021 Iniciamos a preparação do nosso time para os Programas de Desenvolvimento através da UNIGNDI, que possibilita de forma igualitária, que todos os colaboradores tenham acesso aos melhores conteúdos, palestrantes e instrutores capacitados além de treinamentos alinhados com as competências técnicas e comportamentais esperadas pelo Grupo NotreDame Intermédica.

Os treinamentos para a assistência também se mantiveram mesmo com todo cenário de adversidade, mas com foco nos processos técnicos e no cuidado ao paciente, nosso foco principal.

Na frente de inovação, buscamos que o mercado melhor oferece e iniciamos a implementação de um novo sistema de Gestão de Folha de Pagamento, que nos possibilita mais agilidade nas informações. Ainda nessa linha, iniciamos a preparação de todos os Gestores no Portal Conexão GNDI, que oferece aos líderes mais autonomia, visibilidade e assertividade nos processos que envolvem a Gestão de Pessoas. Esperamos que para 2022, consigamos, além de fortalecer as melhores práticas, direcionar nossas principais ações para possibilitar que todos possamos trabalhar em prol da nossa verdadeira missão: cuidar e proporcionar saúde de qualidade a todos!

Gestão digital e de mídia

Como a GNDI Minas passou a fazer parte do Grupo NotreDame Intermédica (GNDI) em abril de 2021, nossos canais de atendimento, como site e aplicativos, sofreram mudanças de identidade visual e na maneira de se comunicar. Assim, seguimos com a missão de tornar saúde de qualidade acessível a gerações de brasileiros.

Destinação de Lucros

Os resultados do ano, serão utilizados para absorver o prejuízo acumulado.

Perspectivas futuras e Informações sobre o andamento e desempenho do negócio (expectativas para curto, médio e longo prazo)

O principal objetivo a curto prazo é a consolidação da marca GNDI em todos Estado de Minas Gerais, avançando nos processos de integração da operadora com a incorporação definitiva da última empresa adquirida, SERPRAM.

Finalizada esta última incorporação vamos avançar nas melhorias de processo e de integração com a Matriz de SP. Em paralelo a este movimento, vamos continuar expandindo nossa atuação em todo Estado de Minas Gerais, com produtos unificados e atraentes para nossos Clientes.

Metas e ações projetadas para as garantias financeiras (Provisões Técnicas, ativos garantidores e Recursos Próprios Mínimos)

Ao final de 2021, possuímos reservas garantidoras na ordem de R\$121,6 Milhões (2020 R\$ 88,5 milhões), a qual é superior as provisões técnicas R\$102,2 Milhões (2020 R\$ 86,5 milhões)

atualmente exigidas pelas normas regulamentares da ANS. Com base nas nossas projeções de curto, médio e longo prazo, estimamos com um crescimento constante de lastro financeiro.

Nossos recursos próprios mínimos (Patrimônio Líquido Ajustado) de R\$ 181,7 milhões (2020 R\$ 140,5 milhões), para operar como operadoras de Medicina de Grupo no mercado de planos de saúde, estando ao final deste exercício, acima do mínimo exigido pela regulamentação em vigor (Margem de Solvência Exigida) de R\$ 120,6 milhões (2020 R\$ 113,1 milhões).

Diante das expectativas futuras desta entidade e com base em nossos resultados econômico-financeiros projetados, entendemos que será coberto o crescimento da parcela mínima, a qual exige o este valor mínimo até dezembro de 2022. A ANS instituiu a RN nº 442, que criou provisões como a PEONA SUS. Destaca-se que, segundo a normativa atualizada RN 472/476, a constituição dessas provisões poderá ocorrer de forma gradativa, ao longo de vinte e quatro meses. Contudo, há que se ressaltar que a administração entende que os resultados supriram o crescimento da parcela mínima do patrimônio líquido.

Relacionamento com Auditor Independente

Ao longo do exercício de 2021, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Grunitzky Auditores Independentes S/S. para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em unidades de Reais)

ATIVO		<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Notas		
ATIVO CIRCULANTE		<u>238.299.789</u>	<u>204.746.748</u>
Disponível	8	18.468.350	30.468.298
Realizável		<u>219.831.438</u>	<u>174.278.450</u>
Aplicações Financeiras	9	<u>172.504.268</u>	<u>131.852.541</u>
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		121.604.078	88.574.008
Aplicações Livres		50.900.190	43.278.533
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	10	<u>18.884.576</u>	<u>20.737.440</u>
Contraprestações Pecuniárias a Receber		18.884.576	20.737.440
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	-
Créditos Tributários e Previdenciários	11	12.628.909	9.807.477
Bens e Títulos a Receber	12	8.444.629	9.043.775
Despesas Antecipadas		7.369.056	2.837.217
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>116.809.707</u>	<u>104.903.070</u>
Realizável a longo prazo		<u>70.676.526</u>	<u>69.051.308</u>
Créditos Tributários e Previdenciários	11	3.618.958	3.618.958
Depósitos Judiciais e Fiscais	19	46.065.415	62.201.361
Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		20.992.154	3.230.989
Investimentos		<u>3.042.232</u>	<u>31.218.830</u>
Outros Investimentos	13	3.042.232	31.218.830
Imobilizado	14	<u>42.730.269</u>	<u>4.170.034</u>
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares		-	-
Imóveis - Não Hospitalares		-	-
Imóveis - Hospitalares		19.054.962	-
Imobilizado de Uso Próprio		<u>7.595.042</u>	<u>1.445.601</u>
Hospitalares / Odontológicos		6.342.586	108.483
Não Hospitalares / Odontológicos		1.252.456	1.337.118
Imobilizações em Curso		4.928.585	102.507
Outras Imobilizações		11.151.680	2.621.926
Intangível	15	<u>360.680</u>	<u>462.898</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>355.109.496</u>	<u>309.649.818</u>

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em unidades de Reais)

PASSIVO		<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Notas		
PASSIVO CIRCULANTE		<u>159.617.483</u>	<u>139.071.262</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	16	<u>132.294.299</u>	<u>112.930.384</u>
Provisões Contraprestações		9.437.670	6.573.262
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG		9.406.905	6.541.582
Provisão para Remissão		30.764	31.680
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS		21.585.160	23.720.006
Provisão para Eventos a Liquidar Outros Prest. Serviços Assistenciais		33.543.134	35.064.713
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)		57.482.437	44.396.014
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)		10.245.899	3.176.389
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		<u>4.581.631</u>	<u>3.559.533</u>
Contraprestações a Restituir		-	-
Receitas Antecipadas de Contraprestações		1.901.195	292.968
Comercialização sobre Operações		2.680.437	3.266.565
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	13.732.666	16.574.290
Débitos Diversos	18	9.008.886	6.007.055
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>101.965.447</u>	<u>26.763.031</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	16	<u>12.865.307</u>	<u>15.250.152</u>
Provisão para Remissão		493.850	307.079
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS		12.371.457	14.943.073
Provisões		80.360.898	5.119.483
Provisões para Ações Judiciais	19	80.360.898	5.119.483
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	17	6.412.598	6.393.396
Parcelamento de Tributos e Contribuições		6.412.598	6.393.396
Débitos Diversos - LP		2.326.645	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>93.526.566</u>	<u>143.815.526</u>
Capital Social	20.1	263.700.000	223.700.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-
Reservas	20.2	<u>2.919.863</u>	<u>2.919.863</u>
Reservas de Capital		2.919.863	2.919.863
Prejuízos Acumulados		(173.093.297)	(82.804.337)
TOTAL DO PASSIVO		<u>355.109.496</u>	<u>309.649.818</u>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em unidades de Reais)

		<u>2021</u>	<u>2020</u>
	Notas		
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		<u>652.705.368</u>	<u>596.238.221</u>
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	21	<u>664.792.018</u>	<u>608.194.598</u>
Contraprestações Líquidas		664.792.018	608.194.598
Varição das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(185.855)	148.233
(-) Trib. Diretos de Op. Planos de Assist. à Saúde da Operadora		(12.086.650)	(11.956.377)
Eventos Indenizáveis Líquidos		<u>(523.620.734)</u>	<u>(452.819.596)</u>
Eventos Conhecidos ou Avisados	22	(515.512.957)	(452.562.621)
Varição da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(8.107.777)	(256.975)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		<u>129.084.634</u>	<u>143.418.625</u>
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		1.164.487	599.951
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora		784.287	128.324
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(21.691.321)	(18.925.387)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(8.637.392)	(7.523.144)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(800.914)	(1.037.824)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(12.253.015)	(10.364.419)
Outras Desp. Oper. Não Relac. c/Planos Saúde da Operadora		(241)	-
RESULTADO BRUTO		<u>109.341.846</u>	<u>125.221.512</u>
Despesas de Comercialização		(28.890.803)	(27.567.434)
Despesas Administrativas	23	(68.698.275)	(63.146.760)
Resultado Financeiro Líquido		<u>8.057.563</u>	<u>6.454.717</u>
Receitas Financeiras		14.168.745	14.274.023
Despesas Financeiras		(6.111.182)	(7.819.306)
Resultado Patrimonial		<u>(10.480.367)</u>	<u>(5.249.931)</u>
Receitas Patrimoniais		218.163	1.408.755
Despesas Patrimoniais		(10.698.530)	(6.658.686)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>9.329.964</u>	<u>35.712.103</u>
Imposto de Renda		(3.014.287)	(8.218.146)
Contribuição Social		(1.093.783)	(2.967.173)
RESULTADO LÍQUIDO		<u>5.221.894</u>	<u>24.526.785</u>
Resultado Líquido Por ação		<u>0,02</u>	<u>0,11</u>
		0	0

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em unidades de Reais)

Discriminação	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido da Controladora
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	223.700.000	2.919.863	(107.331.122)	119.288.741
Resultado do Exercício	-	-	24.526.785	24.526.785
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	223.700.000	2.919.863	(82.804.337)	143.815.526
Capital Integralizado - Ações Ordinárias	40.000.000	-	-	40.000.000
Resultado do Exercício	-	-	5.221.894	5.221.894
Ajuste a Valor Justo	-	-	(95.510.853)	(95.510.853)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	263.700.000	2.919.863	(173.093.296)	93.526.567

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em unidades de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Resultado Líquido do Exercício	5.221.894	24.526.785
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>5.221.894</u>	<u>24.526.785</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em unidades de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos de Saúde	724.029.622	655.271.008
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	113.112.218	15.525.276
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	397.193	482.671
(+) Outros Recebimentos Operacionais	42.365.360	11.219.633
(-) Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviços de Saúde	(593.206.332)	(508.551.464)
(-) Pagamento de Comissões	(33.404.206)	(25.167.037)
(-) Pagamento de Pessoal	(38.543.110)	(28.467.734)
(-) Pagamento de Serviços de Terceiros	(6.539.654)	(5.601.259)
(-) Pagamento de Tributos	(40.205.488)	(39.092.003)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(3.565.755)	(3.158.903)
(-) Pagamento de Aluguel	(2.641.679)	(2.195.279)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(505.054)	(463.828)
(-) Aplicações Financeiras	(127.526.084)	(41.189.916)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(50.409.405)	(35.146.372)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	25	(6.535.210)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	2.158.687	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(1.107)	-
(-) Pagamento de Aquisição de Participação em Outras Empresas	(23.497.650)	(2.700.000)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimentos	(1.935.763)	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(23.275.832)	(2.700.000)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	40.000.000	-
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Financ	11.337.000	-
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento	(11.337.000)	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	40.000.000	=
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	81.793	(9.235.210)
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	81.793	(9.235.210)
CAIXA - Saldo Inicial	7.679.801	16.915.011
CAIXA - Saldo Final	7.761.594	7.679.801
Ativos Livres no Início do Período	30.468.298	55.811.949
Ativos Livres no Final do Período	18.468.350	30.468.298
Aumento/(Diminuição) nas Aplic. Financ. – RECURSOS LIVRES	(11.999.948)	(25.343.651)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em unidades de Reais)

1. Contexto Operacional

A Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde SA é uma sociedade empresária organizada sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867, 6º andar, conjunto 61, sala 2, CEP: 01311-100, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo. A companhia tem por objetivo social a operação de planos privados de assistência à saúde, coletivos e individuais familiares, e a prestação de serviços médicos, ambulatoriais, clínicos, hospitalares e terapêuticos e a prestação de serviços de diagnóstico aos beneficiários dos referidos planos de saúde.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de outubro de 2021, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Notre Dame Minas Gerais Investimentos Ltda. pela Controladora Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda., que passou a deter 100% das ações da empresa Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde SA.

2. Alteração dos Controladores

Em 13 de abril de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica concretizou o fechamento da operação de aquisição da Medisanitas Brasil Assistencial Integral à Saúde S/A, e assumiu o controle da empresa.

Em 4 de dezembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil, conforme protocolo Ofício nº 137/2020/ASSNTDIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

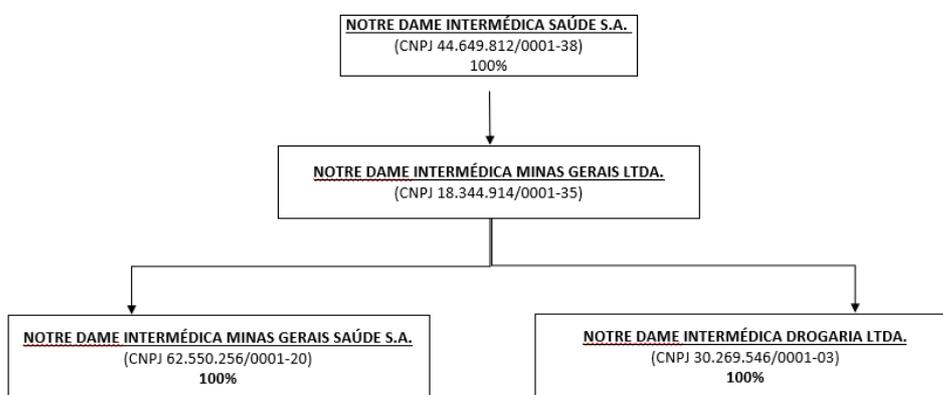
Em 18 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.004547/2020-51, aprovou sem restrições a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil.

Em acordo dos acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda serão de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, estes valores serão reembolsados ou descontados do pagamento final dos vendedores.

Após o Grupo Notre Dame Intermédica assumir o controle, foi contratada empresa de consultoria para avaliar o balancete da Operadora e constatou a necessidade de efetuar ajustes contábeis em decorrência da falta de registros, a contrapartida de tais lançamentos foram ajustados na rubrica de “Prejuízos acumulados” no Patrimônio Líquido.

3. Reorganização Societária

A Companhia encerrou o 31 de dezembro de 2021 com a seguinte estrutura societária:



4. Impacto COVID-19

Diante do cenário atual que o mundo e nosso país atravessam por conta da pandemia da COVID-19, a Companhia procurou avaliar os possíveis impactos relevantes nas suas operações, com o objetivo de verificar os reflexos a partir das Informações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e divulgações futuras.

Custos médicos:

Diferentemente da primeira onda de COVID-19 vivenciada em meados de 2020, no Brasil, a segunda onda da pandemia ganhou contornos mais dramáticos com o recrudescimento do número total de casos, acompanhado de uma frequência bastante superior de casos graves e severos, acometendo não apenas os idosos, mas, desta vez, penetrando também na população mais jovem e trabalhadora. Essa prevalência de casos graves na população ativa nos principais mercados em que a Companhia atua gerou o maior nível de atendimentos hospitalares da história de nossa empresa.

Nos primeiros meses do ano tivemos um volume recorde de internações de pacientes com COVID-19 bem superior ao observado na primeira onda. A situação foi ainda mais desafiadora para nossas operações, uma vez que os pacientes acometidos com COVID-19 que necessitaram de internação encontraram o setor hospitalar já operando próximo da normalidade no que diz respeito às demais cirurgias eletivas, gerando uma sobrecarga no sistema de saúde como um todo, uma vez que foram poucos os estados e municípios que decretaram durante 2021 a suspensão mandatória das cirurgias eletivas. Nesse cenário, tivemos que contar com a abertura de centenas de leitos adicionais em nossa rede própria, mas também tivemos que buscar apoio em nossa rede credenciada, que atuou como importante parceira nesse momento de crise sanitária.

Durante o terceiro trimestre de 2021, com a intensificação do programa de vacinação em massa, vivenciamos dia a dia uma queda progressiva e consistente no volume de atendimento a pacientes acometidos com COVID-19. Esta redução permitiu que diversos esforços extraordinários que estavam sendo empreendidos comesçassem a ser revertidos, incluindo a diminuição no uso da rede contratada em paralelo com o fechamento de leitos na rede própria, a devolução de equipamentos alugados, menor necessidade de mão-de-obra temporária e ajustes à cadeia de suprimentos com o retorno de compras a patamares mais regulares. Estes ajustes foram sendo empreendidos ao longo do terceiro trimestre, à medida que os casos de COVID se retraíam, porém o efeito destes ajustes ainda não pode ser capturado no próprio terceiro trimestre em função do ciclo operacional, especialmente nas contas da rede contratada.

O quarto trimestre de 2021 se iniciou com uma continuidade das tendências de melhoria observadas ao longo do terceiro trimestre. Porém, nos meses de novembro e dezembro observamos um movimento totalmente atípico, alterando profundamente a curva de sazonalidade histórica, vivenciando um afluxo sem precedentes nos prontos socorros e consultórios, de pacientes acometidos de Influenza, além do aparecimento da nova variante Ômicron. Felizmente pelas características desta variante e pela intensificação dos programas de vacinação em massa, a grande maioria dos atendimentos não necessitavam de internação hospitalar para continuidade do tratamento, porém acabaram voltando a pressionar os custos médicos (exames clínicos, de imagem, consultas eletivas e consultas de pronto socorro). **Risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros:**

Com progressivo retorno à normalidade dos principais mercados financeiros globais, o impacto da marcação a mercado, principalmente de alguns fundos de investimento ANS, constituídos para fins de lastro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, foi sensivelmente reduzido.

Risco relacionado à recuperabilidade do ativo intangível:

No quarto trimestre de 2021, a Companhia contratou empresa de consultoria independente e especializada para avaliar a recuperabilidade do ativo intangível. A avaliação considerou as projeções para os próximos 5 anos. O laudo emitido com data base de 30 de setembro de 2021, não apresentou indicadores de impairment. Não obstante o resultado reportado no quarto trimestre de 2021, a Administração da Companhia reconhece que esse desempenho está associado ao momento de pandemia vivido, uma vez que todas as principais contas de resultado se comportaram dentro do esperado, com exceção da sinistralidade médica associada ao COVID-19, que já vem dando sinais de arrefecimento, não alterando, portanto, os planos de médio e longo prazo da Companhia.

Risco de perda nos estoques:

Com a retomada gradual dos serviços médicos, nossos níveis de estoque estão voltando à normalidade e não identificamos nenhuma necessidade de lançamentos para perda.

Risco de continuidade operacional:

Nossa receita operacional líquida continua em crescimento, sustentada por um progressivo aumento de nossa base de clientes, com um ticket médio sustentável.

Os reais impactos dessas atuais tendências são impossíveis de serem quantificados, pois vão depender não somente (i) da evolução da curva da própria doença, (ii) da velocidade de vacinação da população e das respostas às diferentes vacinas, (iii) de novos protocolos de tratamento para os pacientes com COVID-19 que poderão demandar novas medicações, mas principalmente das medidas que vierem a serem implementadas pelos governos, que terão o condão de afetar não somente (iv) a velocidade de disseminação do vírus, mas também (v) a atividade econômica e, por consequência, o emprego. E, por se tratar de uma enfermidade nova, é difícil prever com exatidão quando se dará o retorno pleno à normalidade.

Como é esperado que a COVID-19 continue a impactar a atividade econômica mundial e a local, identificamos um aumento na inadimplência de nossos clientes, porém baixa solicitações de cancelamento ou modificações dos contratos, ainda que a manutenção do cenário macroeconômico adverso possa continuar a impactar negativamente o emprego no país e, conseqüentemente, o número de beneficiários de saúde privada no Brasil.

Acreditamos que, por estarmos oferecendo serviços de saúde de natureza essencial, em especial em tempos de pandemia, não tivemos o impacto no risco de crédito.

Com relação à gestão da liquidez, a Companhia elaborou análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, inclusive os relacionados à garantia das provisões técnicas.

Nos primeiros meses de 2021, a Companhia iniciou um amplo programa de vacinação dos seus funcionários da linha de frente de atendimento hospitalar e ambulatorial em todas as regiões que atuamos, de acordo com as diretrizes das respectivas secretarias de saúde locais.

A despeito dos impactos havidos no quarto trimestre de 2021, a extensão em que a COVID-19 afetará os negócios futuros, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Companhia dependerá de desenvolvimentos futuros, incertos e que não podem, por enquanto, ser razoavelmente previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução da COVID-19 e/ou as ações do governo e outras entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Companhia monitora continuamente a situação o mais próximo possível e estão avaliando ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementando medidas que mitiguem potenciais riscos existentes.

5. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

5.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa (RN) nº 435 de 23 de novembro de 2018 e alterações subsequentes.

A Administração considera que a Operadora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de

nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

A Operadora ao elaborar estas demonstrações financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Operadora aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações Financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia.

5.2. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 31 de março de 2022.

6. Resumo das Principais Práticas Contábeis

6.1. Base de Mensuração

A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS

6.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Operadora.

6.3. Segregação entre Circulante e Não Circulante

A Operadora apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado.
- espera-se que seja realizado até 12 meses da data de balanço.
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa), a menos que a sua troca ou uso para liquidação, a menos que a sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulante.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Operadora.
- está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- deve ser liquidado no período de até 12 após a data do balanço; e
- a operadora não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data de balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Operadora classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

6.4. Disponível

Inclui caixa, que são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e depósitos bancários.

6.5. Aplicações Financeiras

Incluem aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. São classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Operadora mantém aplicações financeiras garantidoras, vinculadas e lastreadas a provisões técnicas, cuja movimentação seguem regras estabelecidas pela ANS.

6.6. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

As contraprestações pecuniárias a receber são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde. A provisão para perdas sobre créditos de contraprestação efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais. A Administração da Operadora revisa periodicamente o critério de constituição para adequá-la à evolução da inadimplência de sua carteira.

Os valores eventualmente recebidos antes do período de cobertura estão registrados no passivo circulante, em conta específica de Receita Antecipada de Contraprestações.

6.7. Créditos de Operações de Saúde Não Relacionadas a Planos de Saúde

Créditos relacionados com a prestação de serviços médico-hospitalares, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos dos créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde, em contrapartida à conta de receitas com outras atividades. A provisão para perdas sobre créditos com operações com outras atividades é constituída para os valores vencidos há mais de 90 dias.

6.8. Estoques

Os estoques são registrados pelo método do custo de aquisição e demonstrados no balanço pelo menor valor entre custo e realização. Os estoques representam materiais médico-hospitalares e medicamentos utilizados pela rede própria na prestação de serviços de assistência médica.

6.9. Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda de redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

	% a.a.
Terrenos e imóveis	2,86%
Veículos	10%
Instalações	-
Máquinas e equipamentos	8%
Móveis e utensílios	8%
Equipamentos de computação	12,50%
Imobilizado em curso	-
Benfeitorias em bens de terceiros	10%

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.

6.10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma

combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

6.11. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Operadora espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) *Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas*

A Operadora é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) *Contratos Onerosos*

Se a Operadora possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Operadora reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- no custo de cumprir o contrato; ou
- no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos, dos dois, o menor.

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

(iii) *Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde*

Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, estas provisões são representadas pela:

- (a) Provisão de Prêmio Contraprestação Não Ganha (PPCNG): conforme Resolução Normativa ANS nº 314 de 23 de novembro de 2021. A partir de janeiro de 2013, as contraprestações e prêmios provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde deverão contemplar parcela da PPCNG; no qual o cálculo da provisão apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento.
- (b) Provisão de Eventos e Sinistros a Liquidar para o SUS (Sistema Único de Saúde): corresponde aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. A Operadora deve registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica “Sistema Único de Saúde – SUS” em contrapartida “Provisões técnicas de operações de assistência à saúde no passivo circulante e não circulante.
- (c) Provisão para Eventos a Liquidar: é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (Resolução Normativa 290/2012, alterada pelas Resoluções Normativas 322/2013 e 435/2018).
- (d) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA): provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e não avisados perante os prestadores da rede credenciada, calculada com base em metodologia atuarial (Resoluções Normativas 209/2009, alteradas pelas Resoluções Normativas 227/2010, 243/2010, 246/2011, 313/2012, 393/2015 e 442/2018).
- (e) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados para SUS (PEONA-SUS): refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do SUS e que não tenham sido avisados. A Operadora efetua o provisionamento conforme as informações disponibilizadas mensalmente pela ANS. Apesar da provisão ser constituída gradualmente, de forma linear, ao longo de trinta e seis meses, a partir de janeiro de 2020 conforme Resolução Normativa nº 442/2018, houve alteração conforme comunicado nº 88/ANS.
- (f) Provisão de Insuficiência de Contraprestação (PIC): refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, conforme Resolução Normativa 442/2018.

6.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

- (i) *Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido - Correntes*

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Operadora adota para apuração do imposto de renda e contribuição social o regime do Lucro Real. Após o resultado líquido contábil são realizados ajustes conforme legislação vigente para a determinação da base de cálculo do lucro real.

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

(ii) *Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidos*

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não realizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos e passivos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

6.13. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros (*Impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos

neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Operadora baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa, às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com função ao ativo sujeito à perda.

Em cada data de reporte, é realizada uma avaliação para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Operadora estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de amortização, caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

6.14. Distribuição de Lucros e Dividendos

A Operadora reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa, ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda que o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 22 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Operadora é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Operadora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

6.15. Reconhecimento de Receitas e Custos Operacionais

A Operadora atua comercializando planos de assistência à saúde e na prestação de serviços clínicos e hospitalares.

Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Os planos de assistência à saúde são tratados de acordo com os requerimentos do CPC 11 – Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento a Operadora adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47 – Contratos de Clientes.

(i) Reconhecimento de Receitas Operacionais

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e o atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outras operadoras. Estas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável.

A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao rateio diário – *pro rata die* – do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica “Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde”, no subitem “Provisão de Contraprestação Não Ganha (PPCNG)”.

(ii) Contraprestação Variável

A Operadora possui dois tipos de glosas:

- Internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais; e
- Externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

(iii) Custos Operacionais

Os custos com serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médico-hospitalares prestados pela rede credenciada aos beneficiários dos planos de assistência à saúde e com a operação da rede própria de assistência médico-hospitalar.

Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período de sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão. Os custos com a rede própria são reconhecidos no resultado quando incorridos.

6.16. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas e despesas financeiras da Operadora compreendem:

- receita de juros;
- despesas de juros

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Operadora classifica dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro

No cálculo da receita ou da despesa financeira de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é

calculada por meio de aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

6.17. Teste de Adequação de Passivo (TAP)

A Resolução Normativa nº 435/2018, vigente a partir de 2020, estabelece que a Operadora deve apurar o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros que decorram do cumprimento dos contratos de planos de saúde na modalidade de preço pré-estabelecido, a partir de métodos estatísticos e atuariais com base em constatações e evidências, com o objetivo de avaliar se as provisões constituídas pela Operadora estão adequadas para o cumprimento de todos os seus compromissos futuros.

Na Operadora, essa projeção está de acordo com as regras e parâmetros mínimos definidos na Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações vigentes e as estimativas e responsabilidade desses cálculos foram realizadas pela Diretoria Técnica Atuarial da Notre Dame Intermédica.

O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa dos eventos ocorridos e a ocorrer e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base. As projeções em dezembro/2021 demonstram que a Operadora se apresenta suficiente com os sinistros não sendo necessária a constituição de provisão, pois as receitas estimadas superam as despesas estimadas.

Com base nas premissas submetidas aos testes e que atendem aos aspectos mínimos a serem observados na Resolução Normativa nº 435/2018 e suas alterações, com relação as projeções do fluxo de caixa trazidos a valor presente para cada agrupamento de contratos de ano para a data-base de 31 de dezembro de 2021. A companhia realizou o TAP e não identificou insuficiência.

6.18. Mensuração ao Valor Justo

A Operadora mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- no mercado principal para ativo ou passivo; e
- na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo e passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

A Operadora utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo com um todo:

- Nível I – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível II – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível III – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Operadora determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Operadora determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Operadora é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

6.19. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias:

- mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e
- mensurados ao custo amortizado.

Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Operadora para a gestão desses ativos financeiros. A Operadora inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Operadora para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

(i) *Ativos Financeiros – Mensuração inicial*

No reconhecimento inicial, a Operadora mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

(ii) *Ativos Financeiros – Custo Amortizado*

Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Operadora ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

(iii) *Ativos Financeiros – Valor Justo por Meio do Resultado*

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(iv) *Ativos Financeiros – Mensuração subsequente*

- Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração o custo amortizado o montante de principal pago.
- Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho ou perda no resultado do período.

(v) *Redução ao Valor Recuperável dos Ativos Financeiros*

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 – Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.

- Estágio 2 – Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.
- Estágio 3 – Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para o estágio 2 ou 3 poderá voltar ao estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A operação principal da Operadora está predominantemente relacionada com os recebimentos das vendas de plano de saúde.

A Operadora reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, a Operadora avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso seja identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.

Para o reconhecimento de vendas de outros serviços hospitalares, a Operadora optou por mensurar provisões para perdas pelo modelo simplificado. Para essas contas a receber de clientes, foi aplicado o (%) percentual de perdas apurado historicamente para o grupo de clientes.

(vi) *Passivos Financeiros – Reconhecimento Inicial e Mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros da Operadora são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Operadora incluem: fornecedores e outras contas a pagar empréstimos e financiamentos e arrendamentos.

(vii) Passivos Financeiros – Mensuração Subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e da perda no resultado do período.
- Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, em que ganhos e perdas reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

(viii) Desreconhecimento

(a) Ativos Financeiros

A Operadora desreconhece um ativo financeiro quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; (ii) ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou (iii) na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Operadora realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

(b) Passivos Financeiros

A Operadora desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. Também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(ix) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Operadora tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.20. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa e com a Resolução Normativa nº 435/2018 da ANS.

6.21. Novas normas contábeis emitidas e/ou revisadas

(i) Normas contábeis que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2021, não adotadas antecipadamente pela Operadora e ainda não referenciadas pela ANS

CPC 50 – Contratos de Seguros

O CPC 50 – Contratos de Seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis em 07 de maio de 2021 (IFRS 17 – Contratos de Seguro emitido em 18 de maio de 2017), introduz um novo modelo de mensuração para contratos de seguros de todos os tipos, como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro. Ela estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. O objetivo da norma é assegurar que as entidades ofereçam informação relevante de maneira confiável que represente esses contratos. O CPC 50 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Aprovado pela ANS para o exercício de 2022, objetiva garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras.

Em avaliação interna dos impactos na aplicação do CPC 06(R2), os valores apurados para o período seriam de:

Ativo – R\$ 17.360.661

Passivo – R\$ 19.110.334

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente

A operadora não possui contratos relevantes/significativos de contrato na modalidade de preço pós-estabelecido, que possa impactar nas informações comparativas do exercício subsequente.

7. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Operadora revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

(ii) Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são as relacionadas a seguir:

- Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Teste de redução ao valor recuperável de ativos;

- Provisões para contingências; e
- Provisões técnicas
- Revisão da vida útil

8. Disponível

Modalidades	Tipo de operação	2021	2020
Numerários em Caixa	Caixa	16.161	6.373
Numerários a vista em Instituições Financeiras	Conta-Corrente	7.745.433	7.673.428
Numerários Aplicados com Liquidez Imediata	Conta-Corrente	10.706.756	22.788.497
Saldo		18.468.350	30.468.298

Representam numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curtíssimo prazo.

9. Aplicações Financeiras

Modalidades	2021	2020
Aplicações Garantidoras de provisões Técnicas (i)	121.604.078	88.574.008
Aplicações Livres (ii)	50.900.190	43.278.533
Saldo	172.504.268	131.852.541

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são exigências a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde para manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, minimizando os riscos de insolvência.

A Resolução Normativa RN nº 392/15, menciona as aplicações financeiras vinculadas à ANS cuja movimentação é bloqueada bem como outros ativos garantidores que têm como objetivo o lastro do total das provisões técnicas e os eventos a liquidar.

A partir da publicação da RN 392/2015 com efeitos em 2016 a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS determinou que as Operadoras de Planos de Saúde segregassem em linhas específicas das aplicações livres em suas demonstrações as aplicações destinadas a garantir o pagamento aos Eventos a Liquidar com vencimentos inferiores em até 30 (trinta) dias assim como o Ressarcimento ao SUS, estas sem bloqueio de movimentação, denominadas “Aplicações Garantidoras”;

- (ii) As aplicações financeiras livres devem obedecer ao prazo de liquidação até o término dos doze meses subsequentes àquele da referida operação; sendo os saldos de aplicações ajustados a valor de mercado, quando aplicável, de acordo com a legislação em vigor.

10. Contraprestações Pecuniárias a Receber

Descrição	2021	2020
Créditos a receber de contratos individuais	5.008.630	4.562.182
(-) Provisões para perdas sobre créditos de contratos individuais (i)	(2.725.254)	(2.162.286)
	2.283.376	2.399.896
Créditos a receber de contratos coletivos	16.225.499	7.847.707
(-) Provisões para perdas sobre créditos de contratos coletivos (i)	(1.273.242)	(1.113.566)
	14.952.257	6.734.141
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizados	1.648.943	7.615.000
Contraprestação de Corresponsabilidade Assumida	-	462
Outros Créditos de Operações com Planos Assistência à Saúde (ii)	-	3.987.941
	1.648.943	11.603.403
Valor Líquido a Receber	18.884.576	20.737.440

- (i) Provisão Para Perdas Sobre Créditos (PPSC). A provisão é constituída pelo montante devido por beneficiários em atraso há mais de 60 dias (planos

individuais) e 90 dias (planos coletivos), e o cálculo engloba não só as parcelas em atraso, mas também, todas as parcelas efetivamente ganhas de um beneficiário que tenha pelo menos uma parcela atrasada.

11. Créditos Tributários e Previdenciários

Estão assim detalhados nas demonstrações:

Descrição	2021	2020
No curto Prazo	12.628.909	9.807.477
No longo Prazo	3.618.958	3.618.958
Saldo	16.247.867	13.426.435

Sendo:

Descrição	2021	2020
IRRF - Aplicações Financeiras (i)	7.749.114	5.662.075
Outros créditos Tributários e Previdenciários (ii)	8.498.753	7.764.359
Saldo	16.247.867	13.426.434

- (i) Trata-se de IRRF sobre aplicações financeiras dos anos de 2014 a 2021 disponíveis para utilização mediante compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, sendo todo o recurso no curto prazo.
- (ii) Inclui créditos de INSS referente a ação judicial contra a Previdência Social solicitando inexigibilidade da contribuição social prevista pelos incisos III e IV, do art. 22, da Lei nº 8.212/91, em função da prestação de serviços exercida por profissionais autônomos e cooperados da área de saúde a favor dos usuários dos planos de saúde da empresa. Por se tratar de tema

pacificado no STF (Supremo Tribunal Federal) o montante integral da ação foi contabilizado. Em 2020 houve habilitação de parte dos créditos em questão em despacho decisório da RFB, já sendo utilizado na compensação de contribuições previdenciárias.

12. Bens e Títulos a Receber

Descrição	2021	2020
Estoque de Materiais e Medicamentos (i)	2.329.529	201.283
Adiantamento para Fornecedores (ii)	6.028.881	8.842.433
Títulos a Receber	86.219	59
Saldo	8.444.629	9.043.775

- (i) Os estoques compreendem materiais e medicamentos adquiridos e destinados à utilização da Rede Credenciada Hospitalar e própria ambulatorial.
- (ii) Referem-se aos adiantamentos aos fornecedores de mercadorias e prestadores de serviço, que mediante a efetiva entrega do produto ou prestação do serviço, os valores são alocados as respectivas contas de Resultado ou Patrimoniais.

13. Investimentos

Descrição	2021	2020
a) Participações em Instituições não Reguladas	-	28.613.482
b) Imóveis destinados a Renda	2.873.168	2.605.348
Outros	169.064	-
Saldo	3.042.232	31.218.830

a) Participação em Instituições não Reguladas

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de outubro de 2021, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação da empresa Notre Dame Minas Gerais Investimentos Ltda. pela Controladora Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de outubro de 2021, com data base 30 de setembro de 2021.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 1º de outubro de 2021, foi aprovado o protocolo de incorporação e justificação para incorporação das empresas NDIS MG Investimentos Participações Ltda., NDIS MG Serviços Operacionais Ltda., Centro Clínico NDIS Venda Nova Ltda., Hospital Notre Dame Intermédica BH Ltda., Centro Oftalmológico NDIS MG Ltda. pela Controladora Centro Médico NDI MG Ltda. O laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da empresa incorporada foi emitido por empresa independente. A incorporação ocorreu em 1º de outubro de 2021, com data base 30 de setembro de 2021.

As variações patrimoniais ocorridas nas empresas entre a data base da operação e a efetiva incorporação serão absorvidas pelas incorporadoras. O modelo de incorporação seguiu as seguintes etapas:

- Incorporação reversa da NDIS MG Serviços Operacionais Ltda. e NDIS MG Investimentos Participações Ltda. pelo Centro Médico NDISI MG Ltda. Que, com essa operação, passou a ser Controlada Direta do Centro Oftalmológico NDIS MG Ltda., Centro Clínico NDIS Venda Nova Ltda. e Hospital Notre Dame Intermédica BH Ltda.
- As empresas Centro Oftalmológico NDIS MG Ltda., Centro Clínico NDIS Venda Nova Ltda. e Hospital Notre Dame Intermédica BH Ltda. foram incorporadas pelo Centro Médico NDISI MG Ltda. Que, por sua vez, foi incorporada pela Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.;

Com essa reestruturação societária, o Grupo simplificou a estrutura societária mantendo a Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. e sua Controladora Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.

b) Imóveis destinados a Renda

Descrição	2021	2020
Terrenos	2.209.158	2.209.158
Edificações	664.010	396.189
Saldo	2.873.168	2.605.347

14. Imobilizado

Composição dos Ativos Imobilizados		2021			2020
Descrição	(%) Taxa Média Anual de Depreciação	Custo	Depreciação	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Terrenos		4.308.242	-	4.308.242	-
Edificações	2,86%	17.991.759	(3.245.040)	14.746.719	-
Veículos	10%	277.490	(194.243)	83.247	83.247
Máquinas e Equipamentos	8%	13.276.858	(2.439.846)	10.837.012	552.347
Equipamentos de Informática	12,50%	2.466.536	(2.104.802)	361.734	493.735
Móveis e Utensílios	8%	3.092.869	(1.736.924)	1.355.945	316.272
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10%	4.907.386	(2.874.450)	2.032.936	2.453.622
Outras Imobilizações (i)	5%	10.528.036	(1.523.601)	9.004.435	270.811
Saldo		56.849.176	(14.118.906)	42.730.270	4.170.034

- (i) Outras Imobilizações – o montante corresponde aos bens imobilizados das empresas, Centros Clínicos e Hospital, incorporadas à Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde, a partir de 1º de outubro de 2021, sendo em sua maioria representado por Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros.

a) Composição dos Ativos Imobilizados

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e veículos utilizados para a condução dos negócios da Empresa. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. A depreciação é apropriada com base no prazo de vida útil remanescente dos bens, constantes de laudo de avaliação.

No exercício de 2021 a entidade efetuou, internamente, estudos para verificar a possibilidade de determinar novos prazos de vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado, conseqüentemente, novas taxas de depreciação, conforme previsto no CPC-27 - Ativo Imobilizado. Como resultado deste estudo, a administração da Entidade decidiu por não alterar os prazos estimados de vida útil e as taxas aplicadas.

b) Movimentação dos Ativos Imobilizados Líquidos

Movimentação dos Ativos Imobilizados	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Veículos e Outras Imobilizações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.664.922	3.088.433	8.753.355
+ Adições	25.778	69.367	95.145
(-) Baixas	-	(8.530)	(8.530)
(-) Depreciação / Amortização	(464.913)	(731.726)	(1.196.639)
Transferência	(1.581.822)	(76.000)	(1.657.822)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.643.965	2.341.544	5.985.509
+ Adições	158.634	216.390	375.024
(-) Baixas	(19)	(42.765)	(42.784)
(-) Depreciação / Amortização	(494.957)	(574.479)	(1.069.436)
(+/-) Inventário	(112.630)	171.009	58.379
Transferência	(358.615)	158.615	(200.000)

Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.836.378	2.270.314	5.106.692
+ Adições	29.529	135.231	164.760
(-) Baixas	(29.529)	(19.925)	(49.454)
(-) Depreciação / Amortização	(525.193)	(526.771)	(1.051.964)
Transferência	310.741	(310.741)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.621.926	1.548.108	4.170.034
+ Adições	22.301.835	53.468.628	75.770.463
(-) Baixas		(20.902)	(20.902)
(-) Depreciação / Amortização	(3.699.298)	(16.129.366)	(19.828.664)
Transferência			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.224.463	38.866.468	60.090.931

15. Intangível

a) Composição do Intangível

Composição dos Ativos Imobilizados		2021			2020
Descrição	(%) Média Anual Taxa	Custo	Amortização	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Sistemas de Computador Software	-	2.436.358	(2.075.678)	360.680	462.898
Saldo		2.436.358	(2.075.678)	360.680	462.898

b) Movimentação do Intangível

Movimentação do Intangível	Sistemas de Computador Software
Saldo em 31 de dezembro de 2018	224.602
+ Adições	331.706
(+/-) Inventário	49.039
(-) Depreciação / Amortização	(68.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	536.527
+ Adições	43.151
(-) Depreciação / Amortização	(116.780)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	462.898
+ Adições	307.790
(-) Depreciação / Amortização	(410.008)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	360.680

16. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Descrição	2021	2020
Provisão de Contraprestação não Ganha - PPCNG (i)	9.406.905	6.541.582
Provisão para Remissão	30.764	31.680
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS (ii)	21.585.160	23.720.006
Provisão para Eventos a Liquidar (iii)	33.543.134	35.064.713
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA) (iv)	57.482.437	44.396.014
Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA-SUS) (v)	10.245.899	3.176.389
Total – Circulante	132.294.299	112.930.384

Descrição	2021	2020
Provisão para Eventos a Liquidar para o SUS - LP (ii)	12.371.457	14.943.073
Provisão para Remissão – LP	493.850	307.079
Total - Não Circulante	12.865.307	15.250.152

- (i) **Provisão de Prêmio Contraprestação Não Ganha (PPCNG):** Conforme Resolução Normativa ANS nº 314/12 e atualizada pela RN 393/15. A partir de janeiro de 2013, as contraprestações e prêmios provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde deverão contemplar parcela da (PPCNG); no qual o cálculo da (PPCNG) apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento.
- (ii) **Provisão de Eventos Sinistros a Liquidar para o SUS** - o ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998 e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.
- (iii) **Provisão para Eventos a Liquidar** - Representa eventos indenizáveis decorrente de contas médicas ou de avisos de prestação de serviços apresentados à Empresa.
- (iv) **Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)** – Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados perante os prestadores da rede credenciada, constituída com base em metodologia atuarial.

Destacamos a seguir a movimentação da respectiva provisão em 2020 e 2021:

Movimentação Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	47.315.428
+ Adições	4.574.457

(-) Baixas	(7.493.871)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	44.396.014
+ Adições	15.763.912
(-) Baixas	(2.677.488)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	57.482.438

- (v) **Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados para o SUS (PEONA-SUS)**
 – Provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pela Rede do Sistema Único de Saúde, constituída com base no cálculo divulgado pela ANS. Apesar da provisão ser constituída gradualmente, de forma linear, ao longo de trinta e seis meses, a partir de janeiro de 2020 conforme RN 442/2018, houve uma alteração conforme comunicado nº 88/ANS.

Destacamos a seguir a movimentação da respectiva provisão em 2021:

Movimentação Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados para o SUS (PEONA-SUS)	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
+ Adições	3.176.389
(-) Baixas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.176.389
+ Adições	21.965.145
(-) Baixas	(14.895.635)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.245.899

17. Tributos, Encargos Sociais e Provisões para IR e CSLL

Estão assim apresentados:

Descrição	2021	2020
Provisão para IR e CSLL	7.738.304	9.108.882
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	5.994.362	7.465.408
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	6.412.598	6.393.396
Total	20.145.264	22.967.686

Conforme detalhamos:

Descrição	2021	2020
ISS - Impostos sobre Serviços	1.180.808	3.994.741
INSS - Instituto Nacional Seguridade Social	1.033.310	605.116
FGTS - Fundo de Garantia de tempo de Serviço	291.822	152.073
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte	746.955	586.120
Provisão Para Imposto De Renda – IRPJ	5.582.535	6.625.330
Demais Impostos e Contribuições (iii)	3.969.792	3.387.009
Parcelamento - Impostos sobre Serviços (i)	53.495	67.262
Parcelamento - Tributos Federais (ii)	773.642	1.056.297
Parcelamento – Outros	100.307	100.342
Total – Circulante	13.732.666	16.574.290

Impostos sobre Serviços (i)	187.234	235.415
Tributos Federais (ii)	5.599.660	5.349.254
Demais Parcelamentos	625.704	808.727
Total – Não Circulante	6.412.598	6.393.396

Referem-se a Impostos e Contribuições de ordem Municipal e Federal, retidos de terceiros ou sobre apuração de Receitas.

- (i) **Parcelamento de Impostos sobre Serviços:** A Lei nº 16.097/14, alterada pelo art. 4º da Lei nº 16.272/15 instituiu o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI no Município de São Paulo. O PPI-2015 é um programa de parcelamento para os contribuintes que desejem regularizar os débitos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, em relação a fatos geradores ocorridos até 31.12.2014; A NDI MG Saúde aderiu ao parcelamento em 18/06/2015 no qual o parcelamento foi firmado em 120 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa SELIC.
- (ii) **Parcelamento de Tributos Federais:** Refere-se a tributos federais constituídos junto à Receita Federal do Brasil, parcelados conforme lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014 e consolidados conforme a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.064, que trata dos procedimentos para consolidação de débitos pagos com prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa da CSLL. A consolidação do parcelamento envolveu os débitos administrados pela RFB e pela PGFN concedendo o abatimento de montantes de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL os quais puderam ser utilizados para liquidação de multas e juros moratórios. A NDI MG Saúde aderiu ao parcelamento em 25/08/2014 no qual o parcelamento foi firmado em 60 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela taxa SELIC.
- (iii) **Demais Impostos e Contribuições:** Refere-se a tributos federais, municipais e encargos constituídos no mês. Considera-se basicamente nesta variação de um período para o outro o recálculo dos tributos a pagar em especial do PIS e da COFINS.

18. Débitos Diversos

Descrição	2021	2020
Obrigações com Pessoal	5.013.782	3.910.304
Fornecedores (i)	1.089.364	518.556
Outros Débitos (ii)	2.905.740	1.578.195
Saldo	9.008.886	6.007.055

- (i) Representado principalmente por fornecimentos de serviços de manutenção, limpeza e materiais administrativos, bens, alimentação, utensílios.
- (ii) Representado por aluguéis, seguros, água, luz, telefone, dentre outros.

19. Depósitos Judiciais e Provisões Contingenciais

A entidade constitui provisão para contingências com base na opinião de seus assessores jurídicos externos. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a provisão para contingências para a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável contabilizados no passivo está composta como segue:

Descrição	2021	2020
Cíveis (i)	11.494.406	2.477.713
Tributárias (ii)	10.285.189	2.378
Trabalhistas (lii)	12.445.372	722.740
Multas ANS (iv)	46.135.931	1.916.652
Saldo	80.360.898	5.119.483

- (i) Referem-se a questões contratuais, tais como: carência, cancelamentos, exclusão de cobertura e doenças preexistentes;
- (ii) Refere-se a questões tributárias, tais como: contribuições previdenciárias, taxa de saúde suplementar, multa ANS.
- (iii) Referem-se a questões trabalhista, tais como: horas extras e vínculo empregatício.
- (iv) Referem-se a multas junto ao órgão regulador Agência Nacional de Saúde Suplementar que estão sendo discutidas judicialmente

Parte das provisões para contingências estão garantidas por depósitos judiciais contabilizados no ativo realizável a longo prazo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 como podem ser observadas abaixo:

Descrição	2021	2020
Cíveis	11.112.069	6.541.677
Tributárias	2.604.954	25.665.433
Trabalhistas	1.538.226	200.453
Eventos/Sinistros	1.419.879	1.378.486
Ressarcimento ao Sus	5.255.208	5.273.672
Taxas e Multas ANS	24.135.079	23.141.640
Saldo	46.065.415	62.201.361

19.1. Provisões contingenciais – Risco de perda Possível

As contingências, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, classificadas como perda Possível no qual (a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota) e, portanto, não registradas nas demonstrações financeiras, estão apresentadas como se segue:

Descrição	2021	2020
Cíveis	68.920.412	33.203.159
Tributárias (i)	75.198.131	34.608.152
Trabalhistas	3.074.050	11.738
Multas ANS	8.082.482	-
Saldo	155.275.075	67.823.049

- (i) No ano de 2021 ocorreram os resgates de aproximadamente R\$ 23 milhões depósitos judiciais correspondentes ao processo número 5060726-81.2016.8.13.0024 referente à ação judicial tributária referente a processo de ISS junto aos municípios de São Paulo e Belo Horizonte.

20. Patrimônio Líquido

20.1 Capital Social

O Capital Social da entidade é composto de 263.704.699 ações sem valor nominal totalizando R\$ 263.704.699,00.

20.2 Reserva de Capital

Os valores de reserva de capital referem-se a reservas de ágio na subscrição de ações e variação no câmbio, oriundos de aporte de capital estrangeiro.

20.3 Capital Regulatório

Considerando a Resolução Normativa da ANS Nº 451, de 06 de março de 2020, que dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde, especificamente, quanto a possibilidade da adoção antecipada do capital baseado em riscos para apuração do capital regulatório, após análise, a Entidade optou pela utilização da referida antecipação.

20.4 Patrimônio Líquido Ajustado x Margem de Solvência

Em 31 de dezembro a insuficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação à margem de solvência da Operadora fechou em R\$ 34.381.533.

20.5 Ajustes Balanço de Partida

Após o Grupo Notre Dame Intermédica assumir o controle, foi contratado empresa de consultoria para avaliar o balancete da Operadora e constatou a necessidade de efetuar ajustes contábeis, a contrapartida de tais lançamentos foram ajustados na rubrica de “Prejuízos acumulados” no Patrimônio Líquido. O montante dos ajustes soma R\$ 95.510.853.

21. Contraprestações líquidas

As Contraprestações líquidas são reconhecidas de forma pró-rata dia e foram assim registradas:

Tipo de Contratação do Plano	2021	2020
Ambulatorial	2.904.361	2.526.265
Hospitalar Com Obstetrícia	544.408	337.892
Hospitalar Sem Obstetrícia	19.551	18.914
Ambulatorial Mais Hospitalar Com Obstetrícia	654.994.611	603.843.420
Ambulatorial Mais Hospitalar Sem Obstetrícia	10.041.710	2.078.470
Odontológico	1.279.605	863.774
Contraprestação Emitida	5.314.255	5.349.150
Provisão para remissão - Resultado	(185.855)	148.233
Corresponsabilidade Assumida	41.998	58.152
Contraprestações de Corresponsabilidade Transferida	(10.162.626)	(7.029.672)
Saldo	664.792.018	608.194.598

22. Eventos Conhecidos ou Avisados

Estão assim detalhados:

Tipo de Atendimento Rede Credenciada	2021	2020
Consultas	142.154.781	59.811.401
Exames	86.043.522	69.805.984
Terapias	36.687.118	31.676.445
Internações	210.473.538	237.246.614
Outros Atendimentos	28.809.175	34.725.429

Atendimentos no SUS	5.141.042	13.170.669
Demais Despesas Médicos Hospitalares	6.203.783	6.126.079
Saldo	515.512.959	452.562.621

23. Despesas Administrativas

Tipo de Despesa	2021	2020
Pessoal	35.618.403	33.574.205
Serviços de Terceiros (i)	6.448.566	5.029.978
Localização e Funcionamento (ii)	12.120.215	12.174.592
Depreciação e Amortização	3.240.781	1.199.846
Publicidade e Propaganda	936.970	520.050
Tributos	1.283.866	622.638
Contingências	795.232	1.280.570
Despesas Judiciais	3.502.668	2.841.892
Multas ANS	3.039.620	313.853
Cessão de Uso de Marca	1.311.724	5.074.662
Outras	400.230	514.474
Saldo	68.698.275	63.146.760

- (i) Serviços advocatícios, auditoria e de consultoria, entre outros;
- (ii) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, segurança etc.;

24. Seguros

A Empresa adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices em vigor e

os prêmios foram devidamente pagos. A Empresa tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações.

25. Conciliação do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar, as operadoras de planos de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto. A legislação vigente determina à entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto destaque a conciliação do lucro líquido na demonstração do fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

Descrição	2021	2020
Resultado do Período	5.221.894	24.526.785
Ajustes para conciliação do resultado do período com a geração/utilização caixa das atividades operacionais	64.659.324	22.015.038
Ajustes por Depreciações e Amortizações	5.796.502	1.095.197
Ajuste das Provisões Técnicas - PEONA / REMISSÃO	20.341.788	108.742
Ajuste das Provisões (Reversões) nas Perdas sobre Créditos	12.253.015	10.364.419
Ajuste da Provisão (Reversão) Contingência	78.807.170	5.183.413
Ajuste do Resultado da Equivalência	-	5.263.267
Provisão para desvalorização de Ativos	14.527.281	-
Ajuste a Valor Justo	(95.510.852)	-

Baixa de Investimento	28.444.420	-
Resultado do Período Ajustado	69.881.218	46.541.823
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	(47.349.481)	(48.350.633)
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	(39.174.112)	(4.726.400)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	(16.642.375)	(6.535.210)

26. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas possuem prazos, preços e demais condições semelhantes às realizadas com terceiros, sendo as principais operações e saldos sumariados conforme segue:

Empresas	2021		2020	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Com Vc Drogaria Ltda	2.667	-	3.569	-
Bioimagem Santa Monica Ltda	87.431	3.489.214	-	-
Climepe Total Ltda.	-	1.956.650	-	-
Clinipan Ltda	20.779	42.666	-	-
Dr. Ghelfond Diagnostico Médico Ltda	-	78.513	-	-
Hospital e Matern. Santa Monica Ltda	416.717	5.369.787	-	-
Hospital São Bernardo S/A	-	1.696	-	-
INCOR-Inst.Neuro. Coração Divinop.Ltda	6.002	389.417	-	-

Instituto Tomográfico de Guarulhos	-	10.169	-	-
Intermédica Sistema de Saúde S/A – SP	1.946.474	2.023.361	-	-
Lifecenter Sistema de Saúde SA	245.314	42.877.433	-	-
Notre Dame Intermédica Saúde S/A	15.160	952.643	-	-
SMV – Serviços Médicos Ltda	7.687	3.188	-	-
Ultra Diagnóstico Ltda	-	1.220	-	-
Saldo	2.748.231	57.195.957	3.569	-

As receitas referem-se a faturamento de plano de saúde dos colaboradores. As despesas são basicamente relacionadas a atendimentos médicos dos beneficiários de planos de saúde, com exceção da ‘Serviços Operativos Sanitas Ltda.’, cujas despesas referem-se serviços prestados de atendimento aos beneficiários do plano de saúde em várias localidades no País quanto a instruções de atendimento, emissão de guias entre outros.

27. Dispensa de apresentação das demonstrações consolidadas

A entidade, como destacado na nota explicativa 1, é controlada diretamente pela Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda. E essa, disponibiliza ao público suas demonstrações em conformidade com os Pronunciamentos do CPC 36. Com isso, a entidade fica dispensada de apresentar as suas demonstrações consolidadas.

28. Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de Riscos – RN 443/19

A entidade vem trabalhando em estudos e projetos focados, na adequação de sua estrutura organizacional e em seus processos de controle interno, para garantir a aderência da sua operação de planos de saúde às determinações da RN 443/19, controlando riscos presentes no contexto operacional, da gestão do plano de saúde.

29. Teste de Adequação de Passivo (TAP)

O CPC 11/IFRS 4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em

cada data de divulgação das Demonstrações Financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do TAP considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

Teste de Adequação do Passivo - TAP (Quadro DIOPS)

Agregação de contratos utilizada no teste	Ajuste na tábua biométrica (sim ou não)	Taxa de cancelamento de contratos* (valor em percentual)	Inflação Médica estimada para o primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste máximo estimado para os planos individuais no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste médio por variação de custos estimado para os planos coletivos no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Utilização das faixas etárias da RN 63/2003 para estimação das despesas assistenciais (sim ou não)	Método de interpolação da ETTJ utilizado	Estimativa corrente de fluxo de caixa na data-base (valor em R\$)
Carteira individual	não	2,01%	14,09%	6,55%		não	Anbima-pré-fixada	67.675.586,86
Coletivo por adesão	não	5,58%	14,09%	-	0,00%	não	Anbima-pré-fixada	2.105.069,15
Coletivo empresarial	não	10,03%	14,09%	-	0,00%	não	Anbima-pré-fixada	30.232.237,72
Corresponsabilidade assumida em pré-pagamento	não	10,03%	14,09%	-	0,00%	não	Anbima-pré-fixada	171.703,92

30. Provisão de Insuficiência de Contraprestação (PIC)

Estabelecido pela ANS na RN nº 435/2018, foi calculada com base na formulação definida pela ANS no anexo VII da RN nº 393/15 e suas alterações. na competência de dezembro de 2021 o FIC - Fator de Insuficiência de Contraprestação foi de -4,46%,

desta forma foi apurado não haver insuficiência não sendo necessário constituir nenhuma provisão.

Margem de Solvência

Em 31 de dezembro a margem de solvência da Operadora está insuficiente em R\$ 28.086.517,72 em decorrência dos ajustes efetuados no balancete conforme mencionado na nota explicativa 2.

31. Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

Foi constatado que a adequação da NDIMG Saúde, no cumprimento da Lei, em vigor desde maio 2021 conforme medida provisória nº 959 de 29 de abril de 2020, não afeta o reconhecimento, a mensuração ou a evidenciação de ativos, passivos, despesas e receitas. A adequação trata-se de uma reorganização e da reclassificação, principalmente, dos esquemas e metadados sensíveis (em relação aos dados pessoais) constantes das bases de dados. Dessa forma, entende-se que não há impactos na contabilidade, nem em provisões e tampouco impactos em ativos ou passivos contingentes.

Notre Dame Intermédica Saúde Minas Gerais SA
Resp. Legal: Luiz Celso Dias Lopes

Alexandre Fernando Pereira de Souza
Contador - CRC MG 110832/O-5

PARECER DE AUDITORIA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Acionistas e Conselheiros da entidade
NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NOTRE DAME INTERMÉDICA MINAS GERAIS SAÚDE S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20.4, a qual informa que a operadora se encontra com PLA - Patrimônio Líquido Ajustado, inferior ao mínimo exigido pela ANS. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Os valores correspondentes ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparabilidade, foram anteriormente por nós examinados com a emissão do relatório de opinião em 16 de fevereiro de 2021 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

PARECER DE AUDITORIA

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações obtidas até a data deste relatório, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluimos que há distorção relevante no relatório da administração obtido antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

PARECER DE AUDITORIA

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2022.

GRUNITZKY - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC PR-004.552/O-5 S/SP
CVM 7862



CHARLES ANDRÉ ROVIGO
CRC PR-042.964/O-6 S/SP

Assinado de forma
digital por CHARLES
ANDRE
ROVIGO:00625101936



www.gndiminas.com.br

www.gndi.com.br

4090-2210 | Para Capital e Região Metropolitana

0800 800 2210 | Demais localidades

R. dos Otoni, 742 3º e 5º andar - Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG, 30150-270